

ANEXO X

FORMA DE ANÁLISE DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90038/2024

(Processo Administrativo n.º 23060.001488/2024-69)

Preâmbulo: está estabelecida a forma de análise para o processo de contratação de Serviços de Apoio Administrativo para os campi do Instituto Federal de Sergipe – ANO 2024 por meio do que segue:

Observação nº1: para cada cargo utilizaremos o valor do salário base conforme Convenção de Trabalho SE000067/2024, isto não quer dizer que esta convenção coletiva será obrigatória, uma vez que a empresa proponente, utilizar-se-á da convenção que se aplica à sua atividade preponderante, exceto quando a lei definir categorias especiais.

Observação nº 2: para a quantidade média de dias trabalhados no mês por empregado, utilizaremos os valores numéricos abaixo:

- **Para o cargo de Trabalhador Agropecuário (Campus São Cristóvão):** 25,16 (resultado do cálculo: 302 dias divididos por 12 meses, foram excluídos domingos e feriados – nacionais e estaduais);
- **Para o cargo de Inspetor de Aluno (Campus São Cristóvão) quando a jornada de 28 horas:** 16,66 (resultado do cálculo: 200 dias divididos por 12 meses, foram excluídos sextas, sábados, domingos e feriados – nacionais e estaduais);

- **Para o cargo de Operador de ETA(Campus São Cristóvão):** 15,20 (resultado do cálculo: 365 dias divididos por 12 meses, divididos por dois operadores);
- **Para os demais cargos:** 20,83 (resultado do cálculo: 250 dias divididos por 12 meses, foram excluídos sábados, domingos e feriados – nacionais e estaduais);

Estes valores serão adotados como padrão para todas as rubricas, exceto para substituto na cobertura de férias, onde o mês médio equivalerá a 30 dias.

Observação nº 3: para que não haja arredondamentos tendo em vista que nossa unidade monetária só possui duas casas decimais, deve ser utilizada a função **TRUNCAR** em todos cálculos da planilha de custos.

Observação nº 4: O Instituto Federal de Sergipe utiliza-se da conta-vinculada como instrumento de garantia de direitos, logo a empresa a ser contratada precisa estar ciente dos percentuais a serem retidos nas contas, de acordo com a IN 05/2017 SEGES.

MÓDULO 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1. Alínea A (Salário-base)

O salário-base acostado à planilha deve corresponder ao valor definido pela convenção coletiva da categoria eleita.

2. Alínea B (Adicional noturno) – apenas para o Inspetor de Aluno com jornada de 28 horas (Campus São Cristóvão)

Base de cálculo: Salário-base

O cálculo é o seguinte: pega-se o máximo de horas noturnas a serem trabalhadas por dia (6h51min) e multiplica-se pela média de dias mensal (16,66) para encontrar a quantidade média de horas noturnas trabalhadas no mês. Posteriormente, multiplica-se pelo valor da hora trabalhada (salário mínimo ÷ 220 horas) e a este resultado aplica-se a porcentagem de 20%.

3. Alínea C (Adicional de hora noturna reduzida) – apenas para o Inspetor de Aluno com jornada de 28 horas (Campus São Cristóvão)

Base de cálculo: Salário-base + adicional noturno

O cálculo é o seguinte: divide-se a soma do salário base + adicional noturno por 140,8 horas (64% de 220, que é divisor padrão da CCT), multiplica-se por 16,66 que é a ocorrência de horas noturnas trabalhadas no mês ($00:07:30 \times 7 = 00:52:30$ = uma hora noturna) sob esse racional aplica-se o percentual de 150% trazido pela CCT.

4. Alínea B (Adicional de periculosidade)

Base de cálculo: Salário-base

Conforme item 5.14 do Termo de Referência, a empresa deverá apresentar ao IFS LAUDO TÉCNICO, de ofício ou mediante provocação (este deverá apresentar data posterior à data de assinatura do instrumento contratual), de forma a identificar os índices reais de periculosidade e/ou insalubridade a serem adotados na Reitoria e nos campi, dos cargos que porventura façam jus aos adicionais, sendo estes reajustados nas planilhas apresentadas pela empresa contratada. O valor de eventual insalubridade e/ou periculosidade será adicionado aos custos da planilha a partir da apresentação do Laudo, tendo seus efeitos financeiros retroativos à data do pedido.

5. Alínea C (Adicional de insalubridade)

Base de cálculo: Salário mínimo

Conforme item 5.14 do Termo de Referência, a empresa deverá apresentar ao IFS LAUDO TÉCNICO, de ofício ou mediante provocação (este deverá apresentar data posterior à data de assinatura do instrumento contratual), de forma a identificar os índices reais de periculosidade e/ou insalubridade a serem adotados na Reitoria e nos campi, dos cargos que porventura façam jus aos adicionais, sendo estes reajustados nas planilhas apresentadas pela empresa contratada. O valor de eventual insalubridade e/ou periculosidade será adicionado aos custos da planilha a partir da apresentação do Laudo, tendo seus efeitos financeiros retroativos à data do pedido.

MÓDULO 2 – ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

2.1 Alíneas A (13º Salário) e B (Férias e Adicional de Férias)

Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intra jornada)

Os percentuais para o campo 13º salário, férias e adicional de férias devem corresponder aos estabelecidos pela Constituição Federal.

Para calcular esse submódulo, vamos entender qual a diferença entre a previsão da rubrica “Férias” no Submódulo 2.1 (13º salário, férias e adicional de férias) e no Submódulo 4.1 (Ausências legais). (Fonte de pesquisa: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos).

Ressalta-se a nota explicativa que inaugura o Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente, presente no Anexo VII-D da IN nº 05/2017.

"Módulo 4 -Custo de Reposição do Profissional Ausente

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto que por ventura venha cobrir o empregado nos casos de Ausências Legais (Submódulo 4.1) e/ou na Intra jornada (Submódulo 4.2), a depender da prestação do serviço."

Ou seja, as rubricas constantes no Submódulo 4.1 – Ausências Legais (Férias, licença- paternidade, afastamento maternidades, etc) não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos relativos ao pagamento dos profissionais- repositores que irão cobrir a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações.

Portanto, não se pode confundir a rubrica para pagamento de cobertura de férias do empregado residente (provisionado no Submódulo 4.1 – Ausências Legais), com o valor necessário ao pagamento do direito de férias e adicional de 1/3 Constitucional, previstos no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.

Assim, o provisionamento realizado no Submódulo 2.1 – 13º Salário, Férias e Adicional de Férias, destina-se a realizar a reserva financeira necessária para a quitação desses direitos em relação ao empregado residente, ou seja, aquele considerado sob regime de mão de obra exclusiva - empregados da contratada que ficam à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços. (MPDG, FAC, 2018, grifo nosso)

Assim, as alíneas A e B do submódulo 2.1 terão os seguintes percentuais:

13º salário	8,33% = (1/12)
Férias e Adicional de Férias	11,11% = (1/12+(1/3*1/12))

A planilha foi desenhada considerando um contrato administrativo que não irá ser renovado. Em sendo renovado, a alínea B do módulo 2.1 terá sua descrição alterada de "Férias e Adicional de Férias" para "Adicional de Férias" e terá percentual equivalente a 2,77%. Em contrapartida, para os cargos onde há previsão de substituto, a alínea A do módulo 4.1, até então zerada, terá seu percentual alterado para 8,22%, objetivando arcar com as despesas referentes ao substituto no período máximo de 30 dias.

Dessa forma, caso a Administração não renove o contrato previsto inicialmente para 12 meses, a planilha já estaria preparada para arcar com as despesas oriundas dos percentuais referentes às férias, por mais que o período concessivo destas só iniciasse após a finalização do contrato administrativo.

2.2. Encargos Previdenciários - GPS, Fundo de Garantia (FGTS) e outras contribuições

Base de cálculo: Módulo 1 (exceto Intrajornada) + Submódulo 2.1

Os percentuais devem corresponder aos exigidos legalmente e o fator acidentário de prevenção (FAP) deve ser apresentado como GFIP ou FAPWEB.

Utilizando as orientações do Caderno Técnico de Limpeza do Ministério da Economia, ano 2019, os percentuais para este módulo seriam:

ITEM	PERCENTUAIS
INSS	20,00%
Salário-Educação	2,50%
FAP AJUSTADO*	6,00%
SESC ou SESI	1,50%

SENAI/SENAC	1,00%
SEBRAE	0,60%
INCRA	0,20%
FGTS	8,00%

*considerando um índice de 2,0 e o percentual de 3% relacionado à atividade.

A alínea A, referente ao INSS, deve ser zerada caso o licitante seja optante pela desoneração da folha de pagamento, o que pode ocorrer nas seguintes situações:

a) Empresas que realizam atividades mistas (com desoneração e sem desoneração) enquadradas nas normas da desoneração por código CNAE: quando a receita da atividade cujo código CNAE se enquadrar nos artigos 7º e/ou 8º da lei nº 12.546/2011 for preponderante em relação à receita bruta total, o cálculo da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) será efetuado sobre 100% da receita bruta da empresa, o que por óbvio, incluirá a receita aferida com outras atividades secundárias da empresa. Nesta hipótese a empresa será considerada totalmente desonerada, não havendo a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de pagamento de avulsos, empregados e contribuintes individuais.

b) Empresas que realizam atividades mistas (com desoneração e sem desoneração) enquadradas nas normas da desoneração por atividade ou código NCM: há três hipóteses que podem acontecer:

I - se a atividade desonerada representar 95% ou mais da receita bruta total da empresa, a empresa irá considerar a desoneração em todas as suas atividades.

II - se a atividade desonerada representar 5% ou menos da receita bruta total, a lei a considera tão pouco significativa, que não poderá se beneficiar do instituto da desoneração.

III - quando a receita bruta da atividade não desonerada for superior a 5% e inferior a 95% da receita bruta total da empresa a lei determina uma sistemática de ponderação. As empresas recolhem a alíquota de CPRB apenas sobre a receita bruta da atividade desonerada e recolhem a contribuição previdenciária de 20% sobre a folha de pagamento com alíquota reduzida obtida mediante a divisão da receita bruta da atividade não relacionada na lei nº 12.546/2011 pela receita

bruta total da empresa.

Em qualquer das hipóteses, caso a licitante seja optante pela desoneração da folha de pagamento, deverá apresentar a seguinte documentação para análise do seu enquadramento no benefício: Declaração de recolhimento da CPRB, registros contábeis e DRE- Demonstrativo de Resultado do Exercício anterior, notas fiscais declaradas e/ou contratos firmados e comprovante de entrega e declaração da EFD-Reinf.

2.3 Benefícios Mensais e Diários

1. Alínea A (Custo com deslocamento do profissional)

O custo com deslocamento só poderá compor a planilha quando tiver normativo específico de cada município estabelecendo esse direito. Em sua inexistência, este campo deverá vir zerado. Multiplicamos o valor da passagem pela quantidade de passagens a serem utilizadas no dia e este pela quantidade média de dias a serem trabalhadas no mês. Deste resultado subtraímos o valor devido ao funcionário de 6% sobre o salário base.

2. Alínea B (Auxílio Alimentação)

O valor diário do auxílio refeição-alimentação, quando existente, deverá ser o estabelecido em convenção coletiva. A CCT utilizada estabeleceu o valor de R\$ 15,50 por dia trabalhado, cabendo ao empregador o custeio de 90% deste benefício, com ônus de 10% para o empregado.

3. Alínea C (Assistência Social Familiar)

Conforme cláusula 13ª, parágrafo 4º da CCT SE000067/2024 o valor correspondente é de R\$ 6,00.

4. Alínea D (Benefício Social Familiar)

Conforme cláusula 8ª, parágrafo 2º da CCT SE000067/2024 o valor correspondente

é R\$ 15,00.

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO

Nesse módulo são utilizados índices probabilísticos a serem aplicados sobre a base de cálculo definida individualmente e, por causa disso, os itens de custo são conhecidos como “custos gerenciáveis”. Todavia, deve-se destacar que os parâmetros aqui tratados correspondem ao percentual máximo que o IFS deve pagar para cada item. Assim, salienta-se mais uma vez que esses itens são prévios à licitação, pois no momento da apresentação da proposta pela empresa vencedora esses índices podem vir com percentuais diferentes, baseados em seu histórico de incidência.

1. Alínea A (Aviso Prévio Indenizado)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2.1 + FGTS

Indicaremos percentual de 0,42% (que corresponde a estimativa de 5% de API divididos por 12 meses).

2. Alíneas B (Aviso Prévio Trabalhado)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2.1 + Módulo 2.2

Inferimos que 95% dos trabalhadores se desligarão via aviso prévio trabalhado, já que indicamos o percentual de 5% para o API. Desta forma, indicaremos percentual de 1,85%, obtido através do seguinte cálculo:

$$\{[(100\% / 30) \times 7] / 12\} \times 95\% = 1,85\%$$

Onde:

100% = salário integral

30 = número de dias no mês

7 = número de dias de aviso prévio a que o empregado tem direito de se

ausentar 12 = número de meses no ano

95% = APT

A fonte deste cálculo é TC-023.202/2014-9, TRT 6ª região. Importante destacar que, se considerar 100% de APT, 1,94% será o valor máximo a ser apostado a título de aviso trabalhado, aplicando o percentual de forma proporcional.

3. Alínea C (Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado)

Base de cálculo: Aviso Prévio Trabalhado (alínea B, módulo 3)

A multa do FGTS corresponde a 40% de determinada grandeza. Neste caso, o FGTS tem o percentual de 8%, multiplicando-os teríamos um percentual de 3,2% sobre a base de cálculo que é o valor atribuído ao aviso prévio trabalhado.

4. Alínea D (Multa sobre o FGTS)

Base de cálculo: FGTS (alínea H, submódulo 2.2)

A multa do FGTS corresponde a 40% de determinada grandeza. Esta alínea visa garantir este percentual sobre o valor que foi depositado na conta FGTS durante toda a execução do contrato. Assim, mês a mês, serão reservados 40% sobre o depósito mensal de FGTS.

MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Não haverá reposição do profissional ausente para alguns cargos. Todas as ausências legais que geram custo para a empresa serão indenizadas pelo IFS. Por exemplo, em caso de fruição de atestado médico até 15 dias, em que o empregado não labora, mas recebe integralmente o salário, apesar de não ter tido efetiva prestação dos serviços, esse custo será arcado pelo IFS. Diferente dos afastamentos legais por motivos de saúde superiores a 15 dias em que o custo é arcado pelo INSS, como a empresa não terá dispêndio, o IFS não reporá esse custo.

1 Ausências Legais - Alínea A (Substituto na cobertura de férias)

Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1 + Submódulo 2.2 + Submódulo 2.3 (somente alíneas C e D) + Módulo 3

No primeiro ano de execução, para os cargos onde há previsão de substituto, a alínea A do módulo 4.1 deverá vir zerada. Caso o contrato seja renovado, esta alínea terá seu percentual alterado de zero para 8,22%, objetivando arcar com as despesas referentes ao substituto no período máximo de 30 dias.

Os lançamentos não se referem aos custos relacionados a esses direitos, mas sim aos custos relativos ao pagamento dos profissionais-repositores que cobrirão a ausência dos empregados residentes que encontrar-se-ão naquelas situações. Em números, o profissional em férias precisará ser repostado por 30 dias no mês em que o titular estiver em férias. O percentual equivalente a esta reposição é de 8,22%.

A forma de calcular escolhida leva em conta a base de cálculo dividida pela quantidade média de dias no mês (365 dias no ano / 12 meses = 30,4166), achando assim o custo de um empregado por dia. Este resultado é multiplicado pela quantidade de dias que o profissional residente (titular) estará ausente, tempo esse definido pelo licitante, e então dividido por 12 meses. A fonte é o caderno técnico para vigilância do Ministério da Economia (2019). O mesmo resultado ainda pode ser obtido através da multiplicação da base de cálculo pelo percentual definido pelo licitante.

Considerando 30 dias de férias no ano, equivalente a um percentual de 8,22% temos o seguinte cálculo:

Custo de reposição dia: (Soma dos Módulos 1, 2 e 3) / 30,4166

Dias a serem repostos no ano a título de férias: 30

Custo anual com férias: 30 dias x Custo de Reposição Dia

Custo mensal provisionado para reposição do profissional ausente a título de férias:

Custo anual com férias / 12 meses

Os valores a serem pagos aos substitutos a título de benefícios mensais e diários

referentes às alíneas A e B (vale transporte e alimentação) deverão ser pagos por meio dos valores que já foram provisionados anteriormente para os empregados residentes para que não haja duplicidade de pagamento, uma vez que essas verbas tem caráter indenizatório e só serão pagos quando do efetivo labor. Assim, um empregado em férias não deverá receber por 30 dias nem auxílio alimentação e nem auxílio transporte.

2. Ausências Legais - Alínea B (Substituto na cobertura da licença paternidade)

**Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1 + Submódulo 2.2 + Submódulo 2.3
(somente alíneas C e D) + Módulo 3**

Nesse submódulo são utilizados índices estatísticos a serem aplicados sobre a base de cálculo definida individualmente e, por causa disso, os itens de custo são conhecidos como “custos gerenciáveis”. Assim, salienta-se mais uma vez que esses itens são prévios à licitação, pois no momento da apresentação da proposta pela empresa vencedora esses índices podem vir com percentuais diferentes, baseados em seu histórico de incidência.

A porcentagem é calculada multiplicando a quantidade de ocorrências do evento (20 dias de licença paternidade) pela probabilidade do evento ocorrer (taxa bruta de natalidade no Brasil em 2022, dado estatístico) que foi de 12,6 pessoas a cada mil habitantes (1,26%).

Os valores a serem pagos aos substitutos a título de benefícios mensais e diários referentes às alíneas A e B (vale transporte e alimentação) deverão ser pagos por meio dos valores que já foram provisionados anteriormente para os empregados residentes para que não haja duplicidade de pagamento, uma vez que essas verbas tem caráter indenizatório e só serão pagos quando do efetivo labor. Assim, um empregado em licença paternidade não deverá receber por 20 dias nem auxílio alimentação e nem auxílio transporte.

3. Ausências Legais - Alínea C (Substituto na cobertura das ausências por acidente de trabalho)

**Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1 + Submódulo 2.2 + Submódulo 2.3
(somente alíneas C e D) + Módulo 3**

Nesse submódulo são utilizados índices estatísticos a serem aplicados sobre a base de cálculo definida individualmente e, por causa disso, os itens de custo são conhecidos como “custos gerenciáveis”. Assim, salienta-se mais uma vez que esses itens são prévios à licitação, pois no momento da apresentação da proposta pela empresa vencedora esses índices podem vir com percentuais diferentes, baseados em seu histórico de incidência.

A porcentagem é calculada multiplicando a quantidade de ocorrências do evento (15 dias de afastamento por acidente de trabalho) pela probabilidade do evento ocorrer (taxa de acidentes de trabalho com trabalhadores com carteira assinada em 2022) que foi de 1,69%.

Para o cálculo desta taxa foram utilizados os seguintes dados:

Nº de notificações de acidente de trabalho em 2022: 612,9 mil¹

Nº da população ocupada no Brasil em 2022: 99,6 milhões²

Percentual de empregados com carteira assinada no setor privado em 2022: 36,3%³

Fórmula utilizada:
$$\frac{612.900}{36,3\% \times (99.600.000)} = 0,0169 = 1,69\%$$

4. Ausências Legais - Alínea D (Substituto na cobertura das demais ausências legais)

Base de cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1 + Submódulo 2.2 + Submódulo 2.3 (somente alíneas C e D) + Módulo 3

Nesse submódulo são utilizados índices estatísticos a serem aplicados sobre a base de cálculo definida individualmente e, por causa disso, os itens de custo são conhecidos como “custos gerenciáveis”. Assim, salienta-se mais uma vez que esses itens são prévios à licitação, pois no momento da apresentação da proposta pela empresa

¹ Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/acidentes-de-trabalho-no-brasil-chegaram-612-mil-no-ano-passado#:~:text=ouvir,Preven%C3%A7%C3%A3o%20de%20Acidentes%20de%20Trabalho.>

² Fonte: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/em-2023-brasil-bate-recorde-de-pessoas-com-trabalho-e-com-carteira-assinada#:~:text=Em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202022%2C%20o,174%2C8%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas.>

³ Fonte: <https://www.serjuszmg.org.br/noticia/11053/brasil-bate-recorde-com-100-milhoes-de-pessoas-empregadas-segundo-ibge#:~:text=Os%20dados%20do%20IBGE%20mostram,%2C3%25%2C%20em%202022.>

vencedora esses índices podem vir com percentuais diferentes, baseados em seu histórico de incidência.

A porcentagem para esta alínea foi estimada pela Administração em 1%. Nesta alínea estão incluídas todas as ausências legais que não estão incluídas nas ausências anteriores como: afastamento para doação de sangue, atestado de acompanhamento de filho menor ou dependente, atestado médico entre outros.

MÓDULO 5 – INSUMOS DIVERSOS

1. Alínea A (Uniformes)

Deve ser inserido na planilha o valor referente aos uniformes dividido por 12 meses.

2. Alínea B (Equipamentos)

Deve ser inserido na planilha o valor referente aos equipamentos dividido por 12 meses.

MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

1. Alíneas A (Custos Indiretos) e B (Lucro)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

Percentuais que foram estimados pela Administração, por meio de pesquisa de preços, gerenciáveis pela empresa quando da edição da planilha de custos.

2. Alínea C (Tributos)

Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5

A escolha pelo tipo de tributação deve estar vinculada a situação fiscal da empresa, se esta está encaixada no regime do lucro real, do lucro presumido ou do simples nacional. (Fonte: Caderno técnico MPDG). Para fins de estimativa, utilizou-se das alíquotas do lucro real, porém as empresas devem cotar na planilha de custos e formação de preços as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições, o que será diligenciado pela

Administração.

Caso a licitante seja optante pela desoneração da folha de pagamento, deve preencher a alínea C.3 (Tributos Federais – CPRB) que incidirá sobre o custo total do empregado (Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3 + Módulo 4 + Módulo 5 + Custos indiretos + Lucro), aplicando-se a alíquota da respectiva atividade que foi desonerada, da mesma forma como se procedeu ao cálculo dos demais tributos.

Comissão para elaboração das Planilhas de Custos (Portaria nº 2292, de 23/09/2024)

Valdemar Alves da Costa Neto	Lorena de Souza Silva Medeiros	Clara de Assis Dantas Brito